



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 2 DE DEZEMBRO DE 1999

Senhor Presidente do Senado, Senador Antônio Carlos Magalhães; Ministro Tourinho Neto, de Minas e Energia; Senhores Governadores e seus Representantes; Senhores Ministros de Estado; Líderes; Parlamentares; Deputados; Senadores; Doutor Firmino Sampaio, Presidente da Eletrobrás; Senhores Secretários Estaduais de Energia; Senhores Representantes de cooperativas de energia elétrica; Senhoras e Senhores,

O Ministro Rodolpho Tourinho disse, de uma maneira clara e direta, do significado desse programa, o que, talvez, me poupe de entrar em detalhes, quanto ao programa específico Luz no Campo. Mas eu não queria me furtar ao prazer de juntar a minha palavra à dele, especificamente sobre esta questão, porque é um programa que toca, realmente, setores mais carentes de apoio do Governo, que são setores rurais e segmentos dos setores rurais, que sequer têm acesso à luz elétrica. Isso, realmente, transforma o panorama do campo.

O Ministro Tourinho disse que há um número expressivo de estados que vão chegar a 100% de oferecimento de energia elétrica no campo. Tenho, aqui, um compromisso com o Governador Marconi Perillo de

que Goiás vai chegar logo ao 100%. Quero estar, mais uma vez, lá, em Goiás, e fazermos uma cerimônia em que os outros vão ser, também, emulados – e se alguém passar à sua frente, aí, paciência. Mas vamos fazer força para que, rapidamente, eu possa acender as luzes de Goiás, significando o começo da iluminação de todo o campo brasileiro.

Alegra-me muito ouvir as palavras do Ministro Tourinho, que mostrou que entre os estados que estão mais próximos disso há três que são do Nordeste. Isso é um indicador de como este país está se transformando. O Ministro Tourinho mencionou o fato de que temos, hoje, um programa de energia que retomou um certo ritmo para oferecer energia ao Brasil, mas fez mais do que isso: estamos mudando a matriz energética brasileira. Estamos incluindo, na matriz energética, o gás. Isso vai produzir uma enorme transformação e uma facilidade muito grande em ampliar a oferta de energia elétrica.

Ainda hoje, hoje mesmo, Furnas está firmando um acordo, em Macaé, se não me falha a memória: uma parceria com o capital privado para gerar, em termos limpos, 500 megawatts, lá, na região. Macaé vai ajudar o Espírito Santo e o Rio de Janeiro. Também há um programa de, quem sabe, até de utilizar o gás da Bolívia para gerar energia e acrescentar alguns milhares de megawatts à nossa produção de energia elétrica.

Tenho acompanhado o esforço enorme que tem sido feito, nesses anos, para oferecer mais energia ao Brasil. Novas usinas em Santa Catarina, em Goiás, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, enfim, no Nordeste, em toda parte. Vimos a Eletrobrás concluir uma obra que é de extrema importância, que é a unificação do sistema elétrico brasileiro. Hoje, podemos jogar energia de norte a sul, no Brasil. Estamos fazendo a conexão de energia da Venezuela com Roraima; da Argentina para cá. Gás da Argentina para Uruguaiana. Estamos levando o gás para gerar energia em Mato Grosso, e em breve Mato Grosso do Sul será beneficiado também.

Enfim, há uma transformação grande, no que diz respeito ao sistema energético brasileiro, que modificou a proporção relativa da energia hidráulica, da energia gerada pelo diesel e da energia gerada pelo gás. E neste programa vamos, também, ter a possibilidade de aprovei-

tar a energia eólica, que é outra inovação importante, que está sendo feita no Brasil.

Tudo isso, em termos macro, dá a impressão de que só estatístico e economista lêem, e o especializado na área. Não sei quantos – 55 mil megawatts? Quem sabe, exatamente, qual é o significado prático disso? Mas quando isso tudo começa a ter efeito, em termos do modo de viver da população, aí, sim, a gente percebe que mais importante ou tão importante quanto o aspecto numérico e físico é o aspecto humano que esses programas permitem transformar.

Quero, então, aproveitar a oportunidade para lhes dizer que, embora os processos de transformação de uma sociedade sejam, naturalmente, lentos, eles, quando começam a existir, assumem uma certa sinergia, ganham uma certa sinergia.

Suponho que muitos dos Senhores tomaram conhecimento do que foi publicado recentemente a respeito de uma pesquisa PNAD, que é a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, que é o instrumento mais efetivo que temos, para medir certas transformações no Brasil. E em todos os indicadores sociais – menos um – houve uma mudança sensível a partir do Plano Real.

A taxa de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, que eram de 11,4%, em 93, caiu para 5,3%, em 98. Isso confirma um dado da pesquisa que o Ministério da Educação havia feito sobre matrículas escolares. Mas, agora, é o IBGE. E em termos de domicílio, já é nacional. Houve uma redução sensível do número de crianças que estão fora da escola no Brasil em um período de cinco anos. E é preciso dizer também que, no Nordeste, houve uma queda enorme, de 16,6% para 7,7%. Foi muito pronunciada a queda no Nordeste. A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 a 14 anos passou de 11,3% para 6,9%, de 93 para 98. Estamos próximos de chegar a uma situação já aceitável. Mas, talvez, tão importante quanto isso é quando se olha o nível de escolaridade e se vê que houve um aumento dos que têm 2º grau, que passaram de 14,4% para 18% da população. E estamos oferecendo, agora, anuncian- do no PPA, no Avança Brasil, mais 10 milhões de matrículas no curso secundário.

Esses dados mostram os efeitos que, com o tempo, vão se cristalizando. Pode-se discutir a velocidade. Pode-se desejar imprimir mais velocidade, porque nós todos desejamos. É possível que, às vezes, haja um obstáculo aqui ou ali, como uma crise que diminui o ritmo. Mas o rumo está certo. E esse rumo, se mencionei a educação, em todos os demais indicadores que eu disse apontam na mesma direção. A mortalidade infantil, que é talvez o melhor elemento para se avaliar a qualidade de vida, caiu 9 pontos, de 91 para cá, de 44,7% para 35,8%. Nas áreas atendidas pelo Comunidade Solidária e pela Pastoral da Criança, da Igreja Católica, a queda é muito maior ainda. O que falta para cair mais depressa agora já não depende, simplesmente, do esforço do Ministério da Saúde, das Prefeituras, dos governos e das famílias. Depende de saneamento básico, que é a causa maior, hoje, que limita os avanços na diminuição da mortalidade infantil. A esperança ao nascer cresceu também.

E tão importante quanto isso é que reduzimos de 4 milhões para 2,9 milhões o número de crianças que trabalham. Crianças de 5 a 14 anos. Quer dizer, há uma diminuição sensível, que é de 1 milhão e 100 mil crianças a menos em poucos anos. Estamos fazendo um esforço muito grande nesse programa para tirarmos as crianças de trabalho penoso. Até o fim deste mandato, vamos tirar 360 mil crianças adicionais às 130 mil que já tiramos. E, neste caso, com uma bolsa para cada uma delas, para que as famílias possam ter uma compensação.

Não quero cansá-los, mas, aqui, no que diz respeito à questão da luz elétrica, que já foi mencionada pelo Ministro, na área urbana, já temos 99% da população. Mas, na área rural, isso cai muito, para 72% dos domicílios.

Bom, o fato é que nós, efetivamente, estamos assistindo a uma mudança profunda na sociedade brasileira – profunda –, e só o tempo mostrará qual foi o alcance dessas transformações. E a mudança é no sentido certo, quer dizer, atingindo as camadas mais pobres. O dado do PNAD mostra que, apesar da crise de 98, apesar da crise, houve uma diminuição na concentração da renda, e a perda efetiva de renda foi de 0,9%, na média, com toda a crise. E a camada dos 10%, o decil que menos recebe, teve um incremento de 7,7%, em termos reais, enquanto o maior decil teve uma diminuição de 1,6% ou qualquer coisa assim.

Então, houve uma desconcentração da renda e houve uma melhoria da renda das camadas mais pobres.

Quando se olha pelo outro lado, pelo outro ângulo – e aqui não falamos dos efeitos transformadores, como os programas de privatização –, quando se vê a questão dos telefones, por exemplo, a proporção de moradias com telefone passou de 19% para 32%, de 93 a 98. Quase dobrou. Quase dobrou a proporção de moradias que têm telefone. Não estou falando, aqui, de telefonia móvel. Moradias que têm telefone fixo. É um número muito grande e em um prazo muito curto.

Todas essas informações que lhes estou dando para acrescentar, posto que o Ministro explicou o alcance do Programa Luz no Campo, são para mostrar que a nossa preocupação central é com a melhoria da condição de vida do povo. Sem isso, não adianta nada. Agora, é uma preocupação séria. Não é uma preocupação retórica. Não adianta fazer demagogia. Temos que tomar medidas – às vezes, duras – para que se possa ter condições para desenhar programas que têm efeito. E o efeito não é imediato nunca nos processos sociais, porque, obviamente, com a pobreza secular, com a desigualdade secular, com a concentração de renda secular, não se há de imaginar que num período curto de tempo as coisas se transformem. Mas os sinais começam a ser já sensíveis.

Espero que, agora, com esse Programa Luz no Campo, se veja, também, deste ângulo, todo o esforço grande que está sendo feito no Ministério de Minas e Energia, que o Ministro Raimundo Brito comandou, numa primeira fase, e o Ministro Tourinho comanda agora, com uma ênfase muito grande. Esse Ministério está afinado, sintonizado com os objetivos do Governo: seriedade, programação de longo prazo, parceria com a iniciativa privada, sentido social nas ações, aumento da capacidade produtiva do Brasil. Mas, sobretudo, não perdendo nunca de vista que a maior capacidade de um povo é seu próprio povo e, portanto, a melhoria de condições de vida desse povo é o que nos interessa. E esse Programa Luz no Campo é um belo sinal nessa direção. Está iluminando o caminho do futuro da nossa sociedade.

Muito obrigado.